

AUTOR

**Camila de Jesus
Silva***

camilajesilva@gmail.
com

* Mestranda em História
pela Universidade Federal
de Goiás

A Ação Popular e o processo de integração na produção: uma experiência de trabalho e luta

La *Ação Popular* y el proceso de integración en la producción: una experiencia de
trabajo y lucha

Ação Popular and the process of integration in production: An experience of labor
and struggle

RESUMO

O artigo em questão visa fazer uma análise a respeito do processo de integração na produção desenvolvido pela organização de esquerda brasileira, Ação Popular (AP), partindo do estudo de conceitos relacionados à categoria trabalho, como a divisão do trabalho, que desenvolveu-se até tomar forma da distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual e que, em contrapartida, culminou no estranhamento e a alienação do sujeito perante o seu próprio trabalho. A partir dessa premissa, e de uma breve abordagem da história dessa organização, que existiu mais ou menos entre 1962 e 1974, levantaremos alguns pontos sobre as razões pelas quais a AP levou seus militantes, principalmente de classe média, ao mundo do trabalho nas fábricas e no meio rural, e quais benefícios esta medida representou para a estratégia política revolucionária da AP.

RESUMEN

El artículo en cuestión tiene como objetivo hacer un análisis sobre el proceso de integración en la producción desarrollada por la organización de izquierdas brasileña *Ação Popular* (Acción Popular, AP), a partir del estudio de los conceptos relacionados con la categoría trabajo, como la división del trabajo, que se desarrolló al tomar forma la distinción entre el trabajo manual y el trabajo intelectual y que, a su vez, condujo al extrañamiento y la alienación del sujeto respecto a su propio trabajo. A partir de esta premisa, y con una breve descripción de la historia de esta organización, que existió más o menos entre 1962 y 1974, se señalarán algunos puntos acerca de las razones por la AP llevó militantes, en su mayoría de clase media, al mundo del trabajo en las fábricas y en las zonas rurales, y qué beneficios representó esta medida en la estrategia política revolucionaria de AP.

ABSTRACT

The article aims to analyze the process of integration in production carried out by the Brazilian left-wing political organization *Ação Popular* (Popular Action, AP), starting from the study of concepts related to labor, such as the division of labor, which was developed to mold the distinction between manual and intellectual labor and which led to the estrangement and alienation of the subject from his or her own work. From this premise and from a brief overview of the organization's history (it existed between 1962 and 1974), the article aims to raise some questions about the reasons why AP led its militants, mostly middle-class, to work in factories and rural areas, and what benefits this measure had for AP's revolutionary political strategy.

1. Introdução

A década de 1960, no Brasil, foi caracterizada por uma série de turbulências. Sob a influência de revoluções e acontecimentos internacionais que abalaram o mundo e os efeitos de uma forte crise econômica, causada pelas estratégias desenvolvimentistas financiadas pelo capital externo, no governo de Juscelino Kubitschek, e sob graves problemas estruturais de super-exploração da força de trabalho, o clima brasileiro era de intensa efervescência política (Gorender, 1987: 41-42).

No campo, já existiam as Ligas Camponesas, movimento nascido de reivindicações elementares e, posteriormente, esboçando tendências para a reforma agrária; nas cidades, o movimento sindical fortalecia-se na luta, demonstrando pretensão de unificação e de livrar-se da tutela do Estado. Diante de tal conjuntura, formavam-se no cenário nacional diversas organizações políticas de esquerda, que vinham em oposição ao Partido Comunista do Brasil e suas antigas teses, sob à necessidade de radicalização das práticas políticas, principalmente após o Golpe, em 1964 (Arns, 1986).

Uma dessas organizações é a Ação Popular (AP), saída principalmente dos núcleos universitários católicos. A partir de uma teoria eclética humanista, que definia o socialismo como meta do presente, a AP vai se modificando até filiar-se ao marxismo-leninismo maoísta, por volta de 1967, e é nesse período que ela adere ao processo de integração de seus militantes na produção.

Tal artigo visa fazer uma análise desse processo, a partir de um breve diálogo acerca das teorias em torno da categoria trabalho, como o surgimento da divisão do trabalho na manufatura e na grande indústria, que gera a separação entre trabalho manual e o trabalho científico (ou intelectual), a alienação do trabalho. Partindo destes pontos entraremos na história da organização até o processo de integração na produção, demonstrando como este estava relacionado a tais preceitos das relações de trabalho no capitalismo, e como inseriu tais análises para além da teoria: na própria estratégia revolucionária.

Para tal tarefa utilizaremos bibliografia geral e específica a respeito dos temas abordados, e alguns depoimentos orais transcritos, dois concedidos à autora deste artigo por ex-militantes goianas da Ação Popular.

2. A categoria trabalho, seus processos e conceitos (ou o Trabalho e suas imbricações)

2.1. A divisão do trabalho, entre o trabalho manual e o trabalho científico

Diferentemente da atividade de outros animais, o trabalho humano é consciente e proposital, o qual é regido pelo poder do *pensamento conceptual*. O mesmo é uma atividade intencional, guiada pela inteligência, própria da espécie humana. O trabalho que ultrapassa a simples atividade instintiva foi o que criou a espécie humana, a humanidade e o mundo tal como os conhecemos. As possíveis variedades de formas sociais, existentes ou não, dependem, essencialmente, dessa característica particular do trabalho humano.

A capacidade de divisão do trabalho e das tarefas é algo, igualmente, que os animais não possuem. A concepção pode continuar a orientar a execução de uma atividade, mas uma ideia imaginada

PALAVRAS-CHAVE

Trabalho;
alienação;
esquerda política
brasileira; Ação
Popular

PALABRAS CLAVE

Trabajo;
alienación;
izquierda política
brasileña; Ação
Popular

KEYWORDS

Labor; alienation,
left-wing Brazilian
politics; Ação
Popular

Recibido:

02.12.2014

Aceptado:

05.03.2015

por uma pessoa pode ser concretizada por outra (Braverman, 1981: 49-53).

Para Karl Marx, a divisão do trabalho adquire sua forma usual, a que permanece até os dias de hoje, no período manufatureiro, que vai de meados do século XVI até o último terço do século XVIII, segundo a análise marxiana (Marx, 1996: 453). Tal análise, desenvolvida principalmente a partir do modelo inglês, ainda na atualidade demonstra-se portadora de uma série de tendências válidas para o sistema produtivo capitalista, como um todo.

Segundo o autor, no artesanato, um mesmo artífice era responsável por todo o processo de construção de um produto específico, com o auxílio de um ou dois assistentes, no máximo. Pouco a pouco, este deixará de desempenhar seu antigo ofício em toda a sua extensão, pois a mercadoria tornar-se-ia o produto social de um conjunto de artesãos, cada um realizando seguidamente uma mesma tarefa parcial. Logo, a manufatura introduz, ou desenvolve ainda mais, a divisão do trabalho em um sistema de produção, combinando ofícios anteriormente separados (Marx: 453-454, 455). Por exemplo, um relógio que, até então, era desenvolvido e montado por um único artesão, passa a ser produto de um trabalho social, composto pela feitura de peças e montagem por parte de vários trabalhadores diferentes.

O trabalhador que passa a executar, a partir de então, uma única operação simples, *transforma todo o seu corpo em órgão automático unilateral dessa operação e, portanto, necessita para ela menos tempo que o artífice, que executa alternadamente toda uma série de operações*. Todavia, tal redução do período de tempo para desempenhar uma mesma função resulta no aumento da produtividade e na degradação crescente da força de trabalho (Marx: 455).

As diferentes funções do trabalhador coletivo, agora, variam em complexidade e necessitam de diferentes graus de formação. A manufatura, deste modo, desenvolve a hierarquia das forças de trabalho, à qual corresponde as diferenças de valor e, logo, de salários. Surge o grupo dos chamados trabalhadores não qualificados, que eram, anteriormente, excluídos pelo artesanato, o que resulta, por sua vez, na desvalorização relativa das

forças de trabalho, em decorrência da eliminação ou da redução dos custos de aprendizagem. Todavia, o resultado é o mesmo: uma maior valorização do capital (Marx, 1996: 465-466).

Os trabalhos parciais e específicos, ao mesmo tempo em que são atribuídos entre vários indivíduos, estes são divididos e transfigurados em *motor automático de um trabalho parcial*, e, ao mesmo tempo, em uma forma de existência do capital. O ser humano é fragmentado e seu trabalho torna-se mercadoria, uma propriedade do capital (Marx: 474-475). Como afirma Braverman, enquanto a divisão social do trabalho subdivide a sociedade, a divisão pormenorizada do trabalho divide o homem (Braverman, 1981: 72).

Por fim, é uma consequência da divisão do trabalho na manufatura a separação entre a atividade intelectual e o processo material de produção. O momento conceitual, de propriedade de outrem, então, legitima e confere poder de dominação e apropriação do trabalho. O caráter científico é amputado do trabalho artesanal e manual. Assim como o trabalho é parcial, também o humano é mutilado e perde sua integridade (Marx, 1996: 475). Como diz Marx:

Essa estreita base técnica exclui uma análise verdadeiramente científica do processo de produção, pois cada processo parcial percorrido pelo produto tem que poder ser realizado como trabalho parcial artesanal. Precisamente por continuar sendo a habilidade manual a base do processo de produção é que cada trabalhador é apropriado exclusivamente para uma função parcial e sua força de trabalho é transformada por toda vida em órgão dessa função parcial (Marx, 1996: 455).

A cisão entre *mão e cérebro* foi a medida crucial da divisão do trabalho no modo capitalista de produção. A mesma é inerente a este modo de produção, existindo por toda a sua história, sob a gerência do capitalista (Braverman, 1981: 113-114).

Por ventura, ao fazer uma revolução das ferramentas e dos instrumentos de trabalho, o período manufatureiro dá material e alavanca o surgimento da grande indústria (Marx, 1996: 477). O meio de

trabalho é desenvolvido das ferramentas para a máquina. Foi, então, inventada a máquina de fiar na revolução industrial do século XVIII. Enquanto na manufatura a inovação do modo de produção se dá a partir da força de trabalho, na grande indústria, é o próprio meio de trabalho, ou meio de produção, que também é capital. As máquinas possibilitam o barateamento das mercadorias, por encurtar parte da jornada do trabalho da qual o trabalhador retira o seu próprio salário, enquanto aumenta a outra parte da jornada de trabalho que o mesmo dá de graça para o capitalista. Ela é meio de produção de mais-valia (Marx, 1996: 7).

Tal revolucionamento dos meios de trabalho, que culmina no advento da grande indústria, acarreta efeitos imediatos sobre o trabalhador, como o prolongamento da jornada de trabalho, a intensificação do trabalho e a adoção do trabalho feminino e infantil. A maquinaria torna dispensável o uso da força muscular, possibilitando o uso de trabalhadores com menor força ou de desenvolvimento corporal incompleto, constituindo mulheres e crianças a força de trabalho mais largamente empregada entre os séculos XVIII e XIX¹, exceto nas fábricas metalúrgicas, resultando na desvalorização generalizada da força de trabalho (Marx, 1996).

A maquinaria, complementando o processo iniciado na manufatura, transforma o trabalhador, desde sua infância, em parte de uma *máquina parcial*. Mesmo que possibilite a diminuição das horas trabalhadas (ocasionando, na verdade, o prolongamento da jornada e a intensificação do trabalho), a máquina não libera o trabalhador do trabalho, mas sua atividade de conteúdo (Marx: 55-56).

De forma ainda mais intensa que nas cidades, o uso do maquinário na produção agrícola faz excedentes entre os próprios trabalhadores. Enquanto o número das terras cultivadas aumentava, na Inglaterra, em 1861, o número de trabalhadores rurais diminuía em absoluto, e de forma não proporcional. No meio rural, a grande indústria traz mudanças ainda mais intensas, pois arrefece a base da antiga sociedade, o *camponês*, substituindo-o pelo trabalhador assalariado. A produção cotidiana e irracional é substituída pela aplicação consciente, tecnológica da ciência, rompendo o laço familiar

natural da agricultura e manufatura, ao mesmo tempo que cria conjecturas materiais de uma nova associação, a união entre agricultura e indústria (Marx: 132).

O drástico excedente de trabalhadores no campo força-os a abarrotarem os centros urbanos: *a produção capitalista acumula, por um lado, a força motriz histórica da sociedade, mas perturba, por outro lado, o metabolismo entre homem e terra*. A dispersão dos escassos trabalhadores rurais em grandes áreas diminui seu potencial de resistência, ao mesmo tempo em que a concentração aumenta a dos trabalhadores das cidades. O modo de produção capitalista só desenvolve completamente o processo de produção social ao arruinar, ao mesmo tempo, as origens de toda a riqueza, a terra e o trabalhador (Marx: 132-133).

2.2. Trabalho e alienação

Devido às novas relações de produção inseridas pelo capitalista, surgem ao mesmo tempo novas expressões sociais. Compelidos a vender sua força de trabalho, os trabalhadores entregam seu interesse pelo trabalho, que é agora *alienado*. O trabalho é, agora, de propriedade e responsabilidade do capitalista, e o controle do processo de trabalho passa das mãos do trabalhador para as suas, causando uma alienação crescente do trabalhador (Braverman, 1981: 59).

Marx constata que, no capitalismo em si, mas principalmente na grande indústria, o trabalhador é rebaixado à condição de mercadoria, e da mercadoria mais inferior. Sua miséria é inversamente proporcional à potência e à grandeza de sua produção, gerando o acúmulo de capital em poucas mãos. O trabalhador se torna mais pobre quanto mais riqueza produz, transformando-se seu trabalho em mercadoria. O produto de seu trabalho reside em um objeto, fez-se coisa, essa é a objetificação do trabalho. A concretização de seu trabalho é a objetificação e, ao mesmo tempo, perda do objeto, na apropriação alienada. O trabalhador se apropria da natureza no processo de trabalho, e no mesmo constitui sua essência, mas não se enxerga no produto final. Quanto mais produtos o trabalhador produz, menos ele pode possuir e fica mais refém de seu produto e do capital. Assim,

dá-se a alienação, o trabalhador enxerga o produto de seu trabalho como um objeto estranho e hostil, e quanto mais pobre se torna, menos pertence a si mesmo. Essa é a relação essencial do trabalho, referente ao trabalhador e sua produção (Marx, 2008: 79-80, 82).

Entretanto, a alienação do trabalho não se mostra apenas em relação ao produto do trabalho, mas igualmente no ato de fabricação, dentro da unidade produtiva. O produto é apenas a síntese da atividade de produção. Nessa atividade se dá o fenômeno da *exteriorização do trabalho*, ou seja, o trabalhador compreende seu trabalho não como propriedade de seu ser, mas de outrem, sentindo-se mal e infeliz, *arruinando seu espírito*. Deste modo, seu trabalho torna-se um sacrifício, *o trabalhador se sente em si fora do trabalho, e no trabalho, fora de si*. Se o trabalho não pertence ao trabalhador, ele perde a si mesmo. O estranhamento da coisa torna-se estranhamento de si (Marx: 82-83).

Ao mesmo tempo em que o trabalho alienado² estranha o homem da natureza, e o homem de si mesmo, de sua atividade ativa e vital, também estranha o *homem do gênero humano*, transformando a genericidade da vida em apenas um meio da vida individual. O trabalho, atividade vital e consciente do ser humano, acaba por se transformar apenas em meio de subsistência, de preservação da existência física. Ao retirar-lhe o objeto de sua produção, o trabalho alienado subtrai do trabalhador sua vida genérica, convertendo em desvantagem sua vantagem perante o animal. Ao se alienar do produto de seu trabalho, o homem aliena-se de si mesmo e, conseqüentemente, de outros homens, ocorrendo o estranhamento da essência *humana* (Marx: 84-86).

O resultado direto do trabalho exteriorizado, da vinculação externa do trabalhador com a natureza e com ele mesmo, é a propriedade privada. Esta é o resultado do trabalho alienado e não o inverso. Para Marx, todas as relações de submissão são variações derivadas dessa relação: propriedade privada e trabalho alienado (Marx: 87).

Marx, já no século XIX, observa que a diferença entre o capitalista e o grande latifundiário tenderia a desaparecer, assim como entre o agricultor e o trabalhador de manufatura (Marx: 79). Para ele,

a diferença entre capital e terra, entre indústria e agricultura, propriedade privada móvel e imóvel, seria uma diferença ainda histórica, sem fundamento essencial, uma diferença originada da relação entre capital e trabalho. Diz ainda: “Com a transformação do escravo em trabalhador livre, em um trabalhador pago a soldo, o senhor da terra em si transformou-se em senhor de indústria, em capitalista” (Marx: 92, 97). Nessa transformação, a conversão entre latifúndio e capital, o arrendatário exerceu papel fundamental. O senhor da terra torna-se, no arrendatário, fundamentalmente um capitalista comum. Deste modo, a propriedade fundiária é a propriedade privada, o capital, ainda circundado de preconceitos e representações políticas, o capital ainda incompleto, que, pelo ritmo mundial, o mesmo tenderia a chegar a sua expressão pura.

2.3. Trabalho e práxis revolucionária

Karl Marx foi um grande analítico teórico da sociedade moderna que se estabeleceu na Europa Ocidental na transição do século XVIII ao XIX, mais especificamente, da sociedade burguesa com bases no modo de produção capitalista, fundado essencialmente no trabalho assalariado. Essas análises terão início nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, e culminando nos textos de *O Capital* (Paulo Netto, 2011: 17), dos quais sairão as duas obras principais abordadas neste trabalho.

Os alicerces de Marx para o embasamento de toda a sua pesquisa foram o conhecimento adquirido nos maiores autores da cultura ocidental, além de sua ativa participação nos processos políticos-revolucionários de sua época (Paulo Netto, 2011: 17). Para o autor, teoria e prática são inseparáveis, por isso, toda a sua elaboração teórica e filosófica, na verdade, vinculavam-se a um projeto revolucionário, de forma que muitos de seus leitores e seguidores foram altamente perseguidos.

Um dos temas centrais da obra marxiana é o trabalho no sistema capitalista e suas imbricações para o trabalhador, para o capitalista, e, em contrapartida, para o sistema em si, porque o mesmo seria a única propriedade do proletariado, que seria para Marx, o principal sujeito da revolução comunista.

Entretanto, Marx, em nenhuma de suas obras, diz concretamente como ficaria a questão do trabalho caso a revolução comunista fosse vitoriosa. No *Manifesto do Partido Comunista*, sua mais famosa elaboração em parceria com Engels, vê-se apenas algumas menções em relação ao trabalho assalariado, que através da exploração, degradação e miséria do trabalhador, seria convertido em riqueza na forma de propriedade privada para a burguesia. Já na sociedade comunista o trabalho seria fonte de enriquecimento e promoção do trabalhador, não se pautando na recompensa de um salário. Mas, para tal, a propriedade privada deveria deixar de existir, inclusive a apropriação do trabalho por outrem. Por isso, o mesmo deveria ser obrigatório para todos. E podemos ver neste trecho um esboço da visão de que deveria ser promovida a combinação entre trabalho intelectual e trabalho manual, e não a sua separação: *Educação gratuita para todas as crianças, em escolas públicas. Abolição do trabalho infantil nas fábricas, tal como é feito atualmente. Combinação de educação com produção industrial, etc.* (Marx, 2006).

Porém, como pudemos perceber em nossas abordagens sobre a visão marxiana a respeito da divisão do trabalho moderno, o que resultou na separação entre trabalho intelectual, ou científico, e trabalho manual, culminando na alienação do trabalho, o autor desaprova todos estes desdobramentos do trabalho no sistema capitalista, dando a entender que no comunismo deveria ocorrer o inverso: o trabalho não deveria ser dividido de forma a fragmentar e alienar o próprio homem; pelo contrário, o comunismo deveria promover a combinação entre trabalho manual e intelectual, de forma que o indivíduo não se estranhasse de sua produção e, logo, de si mesmo e do meio social em que vive.

Devido à maestria e progressismo de suas análises, muitos processos revolucionários buscaram inspiração nas ideias marxistas, embora, muitas vezes, com *interpretações que deformaram, adulteraram e/ou falsificaram a concepção teórico-metodológica de Marx* (Paulo Netto, 2011: 11). Todavia, algumas trouxeram para o interior de sua estratégia revolucionária a preocupação com o trabalho, sob as premissas de Marx, como foi o caso da Revolução Chinesa, vitoriosa em 1949, e um movimento político brasileiro, iniciado em

1962, influenciado pela conjuntura internacional do período, mas que gradualmente, a partir do Golpe de 1964, tomará a experiência chinesa como modelo, a Ação Popular.

3. A Ação Popular

A Ação Popular (AP) nasceu em 1962, em Belo Horizonte, mas foi formalmente fundada em fevereiro de 1963, em Salvador, no I Congresso da AP (Arns, 1986: 100; Ridenti, 2002: 226, 231).

Sua criação deu-se, em particular, no interior da Juventude Universitária Católica (JUC), porém também tiveram participação nesse processo: a Juventude Estudantil Católica (JEC); a Juventude Operária Católica (JOC); alguns grupos de jovens protestantes; e de estudantes independentes de esquerda (Arns, 1986: 100; Ridenti: 227). Todavia, foram as lideranças da JUC que desempenharam um papel dominante no processo de criação da AP, a partir do movimento estudantil, no qual detinha a presidência da UNE.

A AP surge como uma organização política autônoma, que inicialmente atuaria desde dentro da própria UNE, levando mensagens de conscientização e luta política aos estudantes. Em 1962, aprovou seu primeiro *Estatuto Ideológico*, que define o socialismo democrático e a revolução brasileira como principal objetivo (Ridenti, 2002: 230).

No Congresso de Salvador é aprovado seu *Documento Base*, que orienta sua prática política até por volta de 1968. Por mais que seu texto não fizesse nenhuma referência ao cristianismo, o ideal cristão estava presente, ainda ocorrendo o fenômeno da “dupla militância”, por parte de muitos integrantes (Dias, 2007: 171; Ridenti, 2002: 232).

Em seu Documento Base, o conceito-chave era a noção de socialismo como humanismo. Não havia o apelo pela filiação ao marxismo, optando por ideologias e caminhos próprios, sob influência do cristianismo e do próprio marxismo. Reconhecia a importância do marxismo, considerando-o

expressão mais profunda da crítica ao capitalismo para passagem ao socialismo. Entretanto, criticava as ditaduras de esquerda dos chamados *socialismos reais*, defendendo que poderiam haver diferentes formas de transição ao socialismo (Dias, 2007: 171-173; Ridenti, 2002: 232).

Outro motivo que contribuiu para a criação da AP foi a necessidade de aproximação junto a outras classes e massas populares. Sem retirar-se do movimento estudantil, universitário e secundarista, a organização tentava atuar, primordialmente, junto à mobilização política de operários e camponeses, conseguindo certa inserção entre esses últimos, principalmente por sua participação no Movimento de Educação de Base (MEB), da Igreja Católica (Ridenti, 2002: 233). Tal movimento “era essencialmente educativo e não um movimento político ou calcado em um projeto político definido” (Ridenti, 2002: 233). No início dos anos 60, o MEB foi um importante espaço de atuação para a esquerda cristã, que buscava “conscientizar e politizar” principalmente no meio rural (Ridenti, 2002: 233).

Após o Golpe Militar de 1964, a AP constata a precariedade de seu embasamento teórico e opta pela luta armada, seguindo as tendências da esquerda latino-americana, aproximando-se de Cuba. Entretanto, com a tentativa frustrada de atentado ao General Costa e Silva, em 1966, no Recife, por parte do ex-padre e diretor nacional, Alípio de Freitas, a apreciação pelo enfoque cubano é reavaliada, causando a dissolução de sua comissão militar e a aproximação com as forças de Pequim e a teoria maoísta (Gorender, 1987: 112-113; Ridenti, 2002: 235).

De 1965 a 1967, em meio a muita polêmica, caminham para a adoção do marxismo como guia científico e teórico de suas atividades, especificamente para o marxismo-leninismo maoísta (Arns, 1986: 100; Reis Filho, 2006: 49). A AP vai se modificando até caracterizar-se como uma organização maoísta, defendendo que a revolução ocorreria com o cercamento das cidades pelo campo, aceitando a estratégia de luta prolongada e negando o imediatismo, proposto pelo enfoque cubano (Arns, 1986: 101; Gorender, 1987: 113).

A influência da Revolução Cultural chinesa e seu

interesse pela maior participação das classes operárias na luta, provocou na AP uma *campanha de proletarização* dos militantes. Esse processo consistia em deslocar para o trabalho em fábricas, ou para o meio rural, centenas de membros da organização, numa tentativa de transformar sua composição social *pequeno-burguesa*, que vinha principalmente da classe média. O resultado dessas medidas, aliadas ao rigor exigido na disciplina dos militantes, provocou certo esvaziamento de pessoal (Arns, 1986: 101).

Em março de 1971, a III Direção Ampliada da Direção Nacional aprovou um novo *Programa Base*, convertendo formalmente a AP em organização marxista-leninista maoísta, ou maoísta, passando a se chamar Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil, inaugurando uma nova fase do partido. A partir de então, já é praticamente decisivo o processo de aproximação da AP com o Partido Comunista do Brasil (PC do B; Arns, 1986: 101; Reis Filho, Sá, 2006: 50). Posteriormente, o grupo que não aderiu à incorporação ao PC do B, passou a ser conhecido como *AP Socialista*, aproximando-se da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) para editar a revista *Brasil Socialista* (Arns, 1986: 102).

Entre 1973 e 1974, essa organização sofreu duras baixas pelos órgãos de segurança do regime. Dirigentes importantes como Paulo Wright e Honestino Guimarães, seriam presos e mortos pelo Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), sendo considerados *desaparecidos políticos* (Arns, 1986: 102). No final da década de 70, a AP esteve no processo de criação do Partido dos Trabalhadores (PT), assim como outras organizações de extrema esquerda, que tiveram atuação até por volta de 1974 (Dias, 2007: 177).

4. A integração na produção, ou a proletarização dos militantes da AP

A linha política que começava a predominar dentro da Ação Popular, a partir de 1967, voltou

sua atenção para a tentativa de inserir-se entre as bases da sociedade brasileira, sob inspiração principal da revolução cultural chinesa, liderada por Mao Tse-Tung, mas também sob outras referências mais ou menos importantes, como a experiência russa, a dos revolucionários vietnamitas e dos padres operários franceses. A organização dava início, então, à *integração na produção ou movimento de proletarização* de seus militantes de origem *pequeno-burguesa* e classe média, que representavam a grande maioria da AP (Ridenti, 2002: 241, 242, 263). Devido a isso, quase a grande maioria de seus militantes e dirigentes foram enviados para trabalhar no campo e nas fábricas, a fim de gerar em sua militância uma nova consciência revolucionária, ação considerada, naquele momento, mais eficaz que qualquer debate teórico, e de arregimentar novos quadros militantes entre operários e camponeses, visando alterar, assim, a composição social da organização (Ridenti, 2002: 242).

Segundo Haroldo Lima e Aldo Arantes, dois ex-dirigentes da AP, no período anterior ao Golpe e posterior a ele, a organização era, em sua maioria, composta por profissionais liberais (médicos, engenheiros, advogados, etc.) e dirigentes dedicados à luta. Já em 1968, a AP era praticamente toda formada pela camada estudantil. Porém, em todos esses períodos pouquíssimos camponeses e operários fizeram parte de seus quadros. Como um dos objetivos da organização era a reestruturação de um partido proletário no Brasil, a integração na produção visava vincular aos trabalhos das massas seus militantes vindos da pequena-burguesia e classes médias (Lima; Arantes, 1984: 112).

Independentemente de outras referências que a AP tenha recebido para lançar-se à experiência da integração da produção, vale citar brevemente dois casos, por terem sido aparentemente determinantes na trajetória da mesma: a influência da experiência dos padres operários franceses e a influência da Revolução Cultural chinesa.

Na verdade, muitos ex-militantes, inclusive alguns ex-dirigentes da AP, acreditaram, e ainda acreditam, que tal medida estratégica teve influência preponderante na experiência dos padres operários franceses, pois, independentemente de suas novas pretensões marxistas, a organização teria surgido

entre os movimentos de jovens da Ação Católica Brasileira, um deles a JOC, um dos movimentos leigos presentes no processo de evangelização dos operários franceses. O Papa Pio XI já lamentava a perda de fiéis da classe trabalhadora por parte da Igreja, e, em 1943, H. Godin e Y. Daniel lançaram o provocativo *França, País de Missão?*, identificando a descristianização provocada pela industrialização. Tal constatação configurou-se em um novo desafio para a Igreja. Na Bélgica, entre os anos de 1912 e 1914, o sacerdote J. Cardijn já ensaiava um trabalho com grupos de jovens operários. Em 1925, no Primeiro Congresso da JOC, em Bruxelas, com as bênçãos do próprio Pio XI, dava-se início a um apostolado de inserção entre os trabalhadores industriais. Os jovens operários evangelizavam os colegas de trabalho e, inclusive, *um grupo de sacerdotes franceses vestiu o macacão de operário para evangelizar os próprios operários*, levando ao extremo o projeto de inserir-se no meio. Em 1953 já eram noventa sacerdotes operários diocesanos e religiosos (Libanio, 2005: 46-47).

Todavia, a AP, assim como várias outras organizações de esquerda do período, sob o sentimento de derrota perante o Golpe Militar de 1964, caminharam para a adesão do marxismo-leninismo como guia teórico-estratégico, e mais especificamente, do maoísmo, também devido à sua aproximação ao PC do B que, igualmente, adotara tal modelo. E, nesse mesmo período, tem início a Revolução Cultural chinesa, um movimento iniciado como desdobramento do Movimento de Educação Socialista, em 1965, que tinha como objetivo a revisão da cultura. Em seu projeto inicial, o movimento passa de uma iniciativa elitista restrita ao plano acadêmico, para um movimento social, de combate aos *Quatro Velhos*: velhos hábitos, velha cultura, velhas ideias e velhos costumes. Com isso, tem ascensão o movimento estudantil nas principais universidades do país, em crítica aos métodos autoritários dos professores, à segregação da universidade em relação da sociedade, a exclusão de operários e camponeses do ensino superior, a separação entre trabalho manual e intelectual, entre outras. Tal movimentação é apoiada e confirmada por Mao em carta a Lin Biao, em 7 de maio de 1966, também opondo-se ao sistema de ensino vigente e afirmando a necessidade de combinação entre trabalho manual e intelectual (Reis Filho, 1981: 50-52). Posteriormente, a solução

para tais reivindicações serão sintetizadas e agrupadas na *Carta de 16 Pontos*, que pregava, em suma, combinação entre trabalho manual e intelectual; além de ressaltar o papel dirigente de Mao Tse-Tung e do Exército Popular de Libertação (Reis Filho, 1981: 53-54).

Como vimos, a Revolução Cultural também exaltava a figura de Mao Tse-Tung como o *maior marxista-leninista de nossa época* e, a partir de então, o culto a Mao ganha proporções jamais vistas. Os próprios partidários da revolução, que vinham das massas do meio estudantil, acreditavam que críticas ao Estado e ao partido poderiam desagregar politicamente a nação chinesa (Reis Filho, 1981: 52-53). Por ventura, nos anos subsequentes os chamados Grupos de Trabalho, enviados para pontos críticos do país, estabeleceram uma série de critérios e normas que deveriam nortear o movimento em curso, mas que na prática, procuravam enquadrá-lo, limitando a iniciativa das bases. Até 1969, a Guarda Vermelha, movimento não militar composto por jovens e estudantes, também expandirá suas áreas de influência, acelerando ações de expurgo contra opositores do regime. O movimento que tivera início em amplas reivindicações dos estudantes e parcelas das massas, se converterá em um processo ditatorial que, oficialmente, terá fim apenas em 1976, com a morte de Mao Tse-Tung.

Voltando à experiência particular da Ação Popular, tal decisão foi tomada, também, como já dito anteriormente, perante outras influências, inclusive cristãs, entretanto, com a adoção da AP pelo maoísmo, o agravamento da repressão e o fechamento do Regime Militar, com a implantação do Ato Institucional número 5 (AI-5), em 1968, a organização acelera seu processo de proletarização, havendo o deslocamento em massa de militantes, para também melhor protegê-los da repressão violenta do Regime (Ridenti, 2002: 243). Entretanto, como afirma Marcelo Ridenti, antes mesmo de chegarem aqui informações sobre a Revolução Cultural, dirigentes já afirmavam a necessidade de profissionalização de seus quadros, tanto pela falta de recursos, quanto pela necessidade de arregimentação de quadros entre operários e camponeses, logo, devendo haver maior identificação entre seus militantes e estes grupos sociais (2002, 242).

Devido à essas condições, nos anos de 1968 e 1969 tal medida foi intensamente aplicada, declinando em 1970 (Lima; Arantes, 1984: 111), devido ao desdobramento das lutas internas que vinham sendo travadas dentro da AP, mais especificamente entre duas correntes:

a Corrente 1, que propunha para o Brasil uma revolução inspirada no modelo chinês, cuja influência pode ser constatada no documento de 1967, intitulado *Esquema dos Seis Pontos*, redigido pelo dirigente Jair Ferreira de Sá, após estada na China; e a Corrente 2, liderada por Vinícius Caldeira Brant e Altino Dantas, resistente à maoização da AP e considerada foquista por seus adversários (Ridenti, 2002: 239).

Tais lutas demonstram o quanto as teses chinesas tiveram êxito dentro da organização, sendo colocadas em prática na integração, porém tal modelo não foi muito bem aceito por todos os seus integrantes, inclusive por alguns dirigentes.

A partir de um estudo sistematizado sobre a realidade das regiões brasileiras, feito, em maior parte, por dirigentes, foram definidas 23 frentes de trabalho, distribuídas no Pará, Maranhão, Nordeste, Bahia e Sergipe, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Goiás. Dessas 23 frentes, 16 situavam-se no campo e 7 em áreas industriais urbanas: ABC Paulista, Zona do Cacau da Bahia, Vale do Pindaré, no Maranhão, Zona da Mata de Pernambuco, entre outros. Os militantes eram difundidos em razão das prioridades regionais, definidas pela AP. Em 1968, a integração geralmente era feita na própria cidade ou região de cada militante, mas, a partir de 1969, preferencialmente estes passaram a ser enviados para regiões distantes, principalmente como medida de segurança (Lima; Arantes, 1984: 111-112).

Segundo Reginaldo Benedito Dias, em artigo no qual ele analisa o caso paranaense de integração, a concentração das frentes em áreas rurais devia-se à filiação maoísta, pois a mesma sustentava a tese de que, no campo brasileiro, existiam setores semicoloniais e semifeudais e, devido a isto, a revolução deveria partir do campo, ocorrendo o cerco das cidades pelo campo. Todavia, os militantes integrados no Paraná, especificamente

na cidade de Maringá, começaram a perceber que, principalmente sob os efeitos da modernização imposta pelo Regime Militar, as dimensões de propriedade e as formas de uso da terra também mudaram. Com a introdução da mecanização, a maior parte das relações de trabalho no campo tornaram-se explicitamente assalariadas, como os chamados boias-frias, ao mesmo tempo em que decaía a importância de trabalhos como o colonato e as parcerias (Dias, 2009: 59, 60). O sistema capitalista de produção, dessa vez, chegava ao meio rural brasileiro, ficando, então, seus trabalhadores sujeitos a todas as mazelas, como os operários de fábrica. O modo de produção, o estilo de trabalho, agora, eram os mesmos, ou muito próximos, todavia, os trabalhadores rurais eram ainda mais explorados. Tal percepção é demonstrada no documento *Balanço da CS-RoS acerca do trabalho do partido na seção*, da Ação Popular, datado de 1970, como é possível observar no seguinte trecho: *Tivemos uma visão dogmática, quanto à posição de atraso no campo que nos levou a desprezar os assalariados agrícolas. E sem dúvida alguma é uma força decidida; e sobre os arrendatários definem A tendência dessa classe é o desaparecimento, a evolução no rumo do assalariado agrícola.* Desse modo, alguns militantes, compreendendo as especificidades da realidade brasileira, passaram a combater ainda mais a corrente maoísta dentro da AP, quadro de embates que já se mostravam mesmo antes da integração (Dias, 2009: 64-68).

Retomando ao processo em si, a orientação para os militantes do campo era que se integrassem como camponeses pobres (meeiros, rendeiros, posseiros, pequenos proprietários) ou assalariados rurais, de acordo com cada região, e para os das cidades, que procurassem bairros mais pobres para morar. Tais medidas e orientações resultaram em uma série de consequências. Primeiramente, segundo Arantes e Lima, a quebra dos vínculos regionais da organização. Devido ao deslocamento de dirigentes locais, algumas regiões tiveram precarizadas suas superintendências. Em segundo lugar, resultaram no gasto acelerado dos recursos da AP. Famílias inteiras eram deslocadas para regiões mais distantes do país, abandonando ofícios bem remunerados e não conseguiam emprego de imediato. Desse modo, tiveram de apelar para doações de propriedades e bens de membros simpatizantes. Annete Scotti Rabelo, ex-

militante goiana da AP em depoimento fornecido à autora em 2011, revelou a importância que tinham os simpatizantes para a luta na clandestinidade:

Quem saísse fora da linha do partido, não permaneceria, mas muitos permaneceriam como simpatizantes e ajudavam muito a luta. Financeiramente, enquanto nós estávamos na clandestinidade, quem dava suporte financeiro, eram os simpatizantes. (...) discutiam toda a linha do partido. Alguns militantes tinham se integrado e voltaram, não quiseram permanecer no sistema de integração, e continuavam ajudando o partido, de onde ele estava (Rabelo, 2011).

Todavia, com o passar do tempo, essa fonte também se esgotou. Mas o problema principal referia-se às condições de vida precárias que alguns militantes enfrentavam, principalmente nas cidades, muitas vezes passavam fome. Desse modo, a iniciativa demonstrava um resultado inverso ao esperado: a proletarização, para muitos, tomava forma de uma pauperização, o que comprometia a base ideológica dos companheiros em questão (Lima; Arantes, 1984:112-113, 113, 114). Como confirmado nas palavras de Rabelo, muitos militantes saíram da AP nesse processo, pois ou não aceitaram a integração ou não aguentaram seus resultados. Todavia, Arantes e Lima questionaram se o balanço geral de tais experiências foi negativo ou positivo. Os autores começam apresentando os pontos negativos, sob suas próprias interpretações, dizendo que o processo de proletarização dos militantes foi feito em negação a um debate teórico e ideológico, o que teria sido um prejuízo. Outro ponto foi o afastamento da Ação Popular perante seus grupos sociais antigos. Sob manifestações de *sectarismo* e *estreiteza política*, em um determinado momento, na Bahia, quase houve o afastamento forçado de toda a base estudantil, permanecendo apenas trabalhadores rurais ou fabris, o que foi revisto a tempo, segundo os autores (Lima; Arantes, 1984: 115).

Alguns militantes que participaram da experiência, posteriormente se posicionaram perante a mesma de forma negativa, como Herbert José de Souza, o Betinho, primeiro coordenador da organização que forneceu um depoimento *carregado de mágoa*, mas faz comentários apenas de seu caso particular,

não da experiência como um todo. Considerou o período em que esteve integrado em fábrica, morando em bairro operário, *assaz negativo em sua vida*. E, ainda, segundo o ex-coordenador o processo de proletarização significava:

purgar todas as vestes de pequeno-burguês e tornar-me um operário (...). O sentimento de culpa da pequena burguesia, o sentido de missão, o envolvimento cultural, ideológico, e um secreto desejo que eu tinha de viver até as últimas consequências uma experiência de me identificar com o operário e o camponês me levaram a aceitar o desafio (1978, apud Ridenti, 2002: 244).

O mesmo relata, entre outras experiências frustrantes, que, em uma fábrica de cerâmica, no interior de São Paulo, acabou inventando um método de produção de xícaras, o que tornou sua proletarização mais proveitosa aos donos da fábrica que para os colegas de trabalho. Tal projeto teria sido um retrocesso, mesmo em relação aos primórdios da AP que alocava os militantes no seu próprio meio de origem, onde tinham condições de fazer um trabalho político, ao invés de deslocá-los de sua cidade e círculo social (Ridenti, 2002: 244; Ridenti, 2002: 244).

Jair Ferreira de Sá, principal dirigente da AP, de 1969 até 1972, e defensor da *Corrente 1*, e, em contrapartida, da própria integração, embora não tenha sido enviado para as fábricas ou para o campo, também faz alegações negativas ao processo. Para este, por volta de mil militantes foram deslocados para regiões distantes de suas residências, e continua: “O companheiro era deslocado, tinha um mês para entrar na fábrica e dois meses para puxar uma luta. Se no terceiro mês não conseguisse nada, era considerado em crise ideológica” (Lima; Arantes, 1984:114-115).

Entretanto, para Arantes e Lima, no levantamento dos pontos positivos, o movimento de integração na produção da Ação Popular também serviu para consolidar e ampliar importantes trabalhos populares da AP e inaugurar novas frentes em áreas trabalhadoras. Nas frentes que obtiveram “êxito”, a cooperação de militantes integrados junto às bases por eles organizadas ou ampliadas, contribuiu para dar início a muitas lutas, consideradas de

importância regional e nacional, como por exemplo, as greves dos metalúrgicos em Contagem, em Minas Gerais, e de Osasco, em São Paulo, ambas em 1968; a greve dos Assalariados Rurais da Zona da Mata e de Pernambuco, também em 1968, as lutas de Pindaré, no Maranhão, os acontecimentos do 1 de maio de 1968, em São Paulo, entre outras (Lima; Arantes, 1984: 115, 116). Na abordagem dos autores, foi devido aos militantes integrados que a organização das bases de trabalhadores e um processo de mobilização junto às mesmas teve êxito.

O historiador Marcelo Ridenti também revela alguns pontos de vista positivos, como o de Nilce Azevedo Cardoso. Em depoimento fornecido a Duarte Pereira (2001), a ex-militante dizia:

a resolução de nos mandar para as fábricas, ou campo foi uma boa resolução, continuo afirmando. Gostaria de poder escrever sobre isso, pois, para minha vida, minha militância e meu ser revolucionário significou muito. E me parece que não foi no aspecto de purificação, como já me afirmaram. Foi um caminho necessário naquele momento. A contextualização do momento me parece sempre necessária para a compreensão desta decisão. Houve erros, sim, mas os acertos nos ensinaram sobre como concertar os erros e como continuar o processo (2001, apud Ridenti, 2002: 244).

Sob a interpretação de Aroldo e Lima, em linhas gerais, os erros cometidos foram: a generalização de um quadro que deveria ter sido parcial e voluntário, ou seja, a integração não deveria ter sido imposta aos militantes como aconteceu; a concepção de que a mesma seria a única e mais elevada forma de contato com as massas, reduzindo a importância da participação em suas lutas e da assimilação de sua ideologia (Lima; Arantes, 1984: 117).

Entretanto, para os autores, embora com muitos erros, o movimento de integração na produção teve um resultado preponderantemente positivo, segundo a análise de 120 depoimentos fornecidos aos autores por parte ex-militantes que participaram do processo de proletarização (90 assalariados rurais ou camponeses e 30 trabalhadores fabris), pois a AP deixou de ser,

assim, uma organização política essencialmente estudantil, incorporando um número considerável de camponeses e operários, em regiões mais distantes; ao mesmo tempo em que suscitou em seus militantes, e na própria AP, a sensibilidade política para questões operárias e camponesas. E afirmam os autores: “lutar, viver e trabalhar com o povo pobre é fundamental para se ganhar uma efetiva perspectiva de classe explorada” (Lima; Arantes, 1984: 116-117).

Por ventura, muitos depoimentos mais recentes ainda contradizem a conclusão chegada por Aldo Arantes e Haroldo Lima, como o relatado à autora deste trabalho, em 2011, pela ex-militante goiana da Ação Popular, Maria Aparecida G. Skorupski. A mesma considerou o processo de integração na produção, ou de proletarização, como um erro, porque primeiramente foi uma política definida de cima para baixo, sem a devida discussão nas bases da organização, e continua:

Então, para mim foi determinado que eu iria para São Paulo para o movimento operário. Eu abandonei o curso, a universidade e fui procurar emprego em fábrica. Essa chamada proletarização, hoje eu vejo (...) que foi um erro crasso, que foi uma subordinação de uma classe média, os estudantes que saíram, profissionais liberais que deixaram de exercer suas profissões para ser operário, ser camponês. O que aconteceu? Você chega, eu, por exemplo, tive uma dificuldade na fábrica. Porque você chega: a sua pele é diferente; o seu dente é diferente; a sua fala é diferente. Eu saí de uma universidade e fui para uma fábrica de latas. Então, ao chegar lá a própria direção da fábrica percebeu essa diferença, por mais que eu me fizesse de operária. Foram lá na produção me buscar para trabalhar no escritório. E aí eu tive que inventar mil e uma artimanhas para poder voltar e ficar na produção. Aí passava uma ideia também de *autopurificação*. Então, se a perspectiva era a revolução, que deveria acabar com a burguesia e pequena-burguesia, então nós, os revolucionários, precisaríamos de nos transformar nos operários, nos camponeses, superando as origens de classe, o que foi um erro crasso. Porque, onde você está classe é classe, você não consegue fazer isso. Então o

que tinha de ser feito? Não era tirar a classe média para dirigir o movimento operário ou o movimento camponês, e foi isso que aconteceu (Skorupski, 2011).

Outro depoimento negativo é o de Annete Rabelo, que foi integrada, junto com seu falecido marido, Antonio Rabelo e seus filhos, na Zona cacauera da Bahia. Para ela, por mais que a experiência pessoal tenha sido muito gratificante, no geral o processo foi negativo, pois, segundo sua experiência, devido ao curto prazo que tiveram, tal iniciativa não teve frutos:

eles (camponeses e trabalhadores rurais) não tinham nem conhecimento dos direitos deles. Nós tínhamos também um grupo de mulheres da própria rua, que a gente reunia, então a gente ia pegar carvão juntas, e a gente ia conversando. O prefeito dava um tipo de cesta básica, e a gente conscientizou que eles tinham direito de receber. Coisas tão pequenas que a gente fazia. Por exemplo, quando a gente estava no Rio da Conceição, a gente fundou uma horta comunitária, porque eles tinham perdido até sementes das coisas. Conseguimos agrupar o pessoal e fizemos essa horta, junto com as mulheres. Eu não conhecia e não sabia lidar muito com isso, meu esposo não, porque ele vinha de fazenda, então ele sabia. Eu, nascida em cidade, não conhecia nada. Mas elas todas me ensinavam com carinho. Tomar banho no rio, foram coisas que a gente entrou nos costumes, para justamente ficar junto. Fazíamos o trabalho de conscientização, inclusive falando sobre o que a ditadura estava fazendo. Não deu muitos frutos, porque também não tivemos tempo de fazer muita coisa. Mas foi muito bom. Bom mesmo (Rabelo, 2011).

Desse modo, perante o breve levantamento que fizemos a respeito do processo de integração na produção, ou de proletarização, pelo qual passaram os militantes da AP, no Brasil entre o período de 1967 e 1970, e pela análise de outros depoimentos de ex-militantes, parece-nos difícil fazer um balanço conclusivo e, de certa forma, binário, como aparenta ter ocorrido na interpretação de dois pioneiros dos trabalhos sobre a Ação Popular. Os autores, perante

a base documental e suas próprias interpretações, parecem chegar a conclusões, principalmente, a partir de uma análise quantitativa, por mais que apresentem em sua obra, História da Ação Popular, mais depoimentos positivos que negativos, até porque os menos dizem ter feito tal balanço a partir de 120 amostras.

Parece-nos também complicado afirmar com certeza que tal processo deteve significados preponderantemente benéficos, se os depoimentos positivos parecem informar muito mais experiências pessoais construtivas, que propriamente frutos coletivos edificantes. E até que ponto tais frutos foram realmente colhidos se, em contrapartida, militantes integrados foram presos, torturados e até mesmo mortos pela repressão do Regime Militar brasileiro, como foram os casos dos estudantes José Carlos Novais da Mata Machado e Rui Soares Frazão, respectivamente estudante secundarista mineiro e estudante de Engenharia no Recife (Ridenti, 2002: 247).

Todavia, um fato desenvolvido por tal processo, que parece-nos ter sido inteiramente profícuo, foi a análise e a interpretação de que a questão do trabalho não deveria se desvincular da estratégia revolucionária do socialismo, pelo contrário, esta seria parte integrante e indissociável da mesma, justamente por ser a única propriedade dos trabalhadores, em teoria, sujeitos fundamentais da revolução.

5. Considerações finais

Pretendemos através deste artigo, fazer um breve panorama do processo de integração na produção dos militantes da Ação Popular, todavia, sob o ângulo da categoria trabalho. Partindo das teorias marxianas a respeito do advento da divisão do trabalho e da divisão dicotômica entre trabalho manual e trabalho científico, que culminam no trabalho alienado, que Marx enxergava necessariamente de forma negativa, e abordar, a partir destes pontos, a história desta organização política de esquerda, focando-nos no processo de proletarianização dos militantes, suas experiências, pontos de vistas e eventos.

Como já vimos rapidamente antes, os militantes da Ação Popular, mesmo antes da criação deste movimento político (que assim era considerado em seus primórdios) até o período mais ou menos próximo ao Golpe, tiveram uma participação significativa no Movimento Educacional de Base (MEB), que pretendia, a partir do processo educacional conscientizar e politizar principalmente a população do campo (Ridenti, 2002: 213, 220), de tal forma que essa proposta de conscientização foi apropriada pela AP, podendo ser percebida em suas práticas de luta. Desse modo, a organização, cuja a maior parte de seus militantes provinham da classe média, tanto composta por estudantes quanto profissionais liberais, se propunha, desde o início, a organizar e conscientizar as massas populares e o proletariado, classes com um nível de realidade social bem distintas.

Após a tomada do Golpe, em 1964, assim como as demais organizações de extrema-esquerda existentes no país naquele período, a AP sente a necessidade de radicalizar suas perspectivas de luta, e o maoísmo e as ideias de Althusser lhes fornecem o aparato teórico necessário a essa guinada na história da organização. Visando romper com o socialismo humanista, eclético-religioso, de suas origens, o partido abraçava o marxismo-leninismo maoísta. A integração na produção representou, influenciada por esse processo, um elemento dessa radicalização e de rompimento perante a antiga AP, mesmo que alguns ex-militantes acreditem que esse processo, na verdade, não tenha se desvencilhado de suas origens cristãs.

Entretanto, ao mesmo tempo em que pretendiam contribuir para a extinção futura (após a esperada revolução brasileira) das relações de divisão entre trabalho manual e trabalho científico no país e converter suas bases sociais em camponeses e proletários intelectuais, ao mesmo tempo não fizeram um debate mais profundo junto às mesmas, e sequer dentro próprio partido, afastando qualquer tipo de debate mais profundo, tanto no plano ideológico, quanto sobre a análise da realidade brasileira para esse processo. O trabalho e o contato com as massas pobres por si só seria suficiente para transformá-los em operários e camponeses, capazes de arregimentar novos quadros militantes entre as classes escolhidas, e dirigir a futura revolução brasileira (Dias, 2009: 57).

Desse modo, o mesmo processo que visava em longo prazo acabar com a alienação política gestada nas próprias relações de trabalho e se expandia por várias instâncias da sociedade, inclusive entre as classes médias, camadas sociais as quais pertenciam os militantes da AP, criava novas contradições. Ao repelirem estudos teóricos e debates ideológicos no período da integração, a teoria era novamente separada da prática, gerindo um novo quadro de alienação para os militantes da organização, o que poderia prejudicar, tanto o projeto de conscientização das massas, quanto de si próprios. Na prática, todos sabemos que a crença na conversão dos militantes do partido, que vinham de classe média, em proletários ou trabalhadores rurais através da integração na produção, foi uma ilusão, um erro, intensificados pelos erros de interpretação e doutrina do marxismo-leninismo maoísta.

O que podemos dizer, de forma breve, mas ainda limitada, é que sobre o movimento de integração na produção da Ação Popular, no Brasil, por mais que tenha deixado, sim, muitos frutos benéficos, estendidos a ex-militantes e trabalhadores rurais e urbanos, não é possível se fazer um balanço geral e conclusivo, enquadrando-o enquanto positivo ou negativo, como foi feito por Aldo Arantes e Haroldo Lima. Pelo menos, até o momento, não é possível formular uma resposta assertiva como esta, não antes de se analisar as experiências de ex-militantes espalhados por todo o país, que, com toda certeza, contam mais que 120, e também de trabalhadores. Há também muitas outras questões que impedem um relatório como esse, como o pouco tempo disponível para o desenvolvimento destes trabalhos, a perseguição e repressão violentas do Regime Militar contra ex-militantes e trabalhadores nesse processo, resultando em prisões, torturas e mortes, o abandono de seu campo de atuação mais forte, até então, que era o movimento estudantil, entre muitos outros índices, que, com certeza, devem ser levados em conta.

Todavia, o processo de integração na produção dos militantes da AP foi de uma benesse indiscutível, pois integrou a questão do trabalho na estratégia revolucionária. Na tentativa de aproximação junto aos trabalhadores através do trabalho, seus militantes não mudaram de classe, mas conseguiram compreender um pouco mais a

realidade de trabalhadores de regiões e áreas diversas, procurando um projeto educativo e conscientizador mais horizontal e igualitário, não partindo de uma classe distante para as bases. Representantes dessas classes distantes agora estavam ao lado dos trabalhadores, experimentando na pele seu ofício e cotidiano. Em vez de dedicarem-se somente ao estudo teórico e estratégico (mesmo que nesse período a AP tenha sofrido uma regressão muito grande do debate teórico), ao estudo das mazelas das estruturas do capitalismo brasileiro e mundial, pretendendo conscientizar, organizar e guiar as classes subalternas no caminho da revolução, de cima para baixo, como faziam muitos partidos e organizações, os militantes da Ação Popular preferiram dividir posições junto às mesmas, ainda que por um curto período de tempo, iniciando já no processo revolucionário a tentativa de quebra com o modelo de divisão do trabalho que separa mãos e cérebro, pretendendo promover a consciência tanto dos trabalhadores, quanto de si mesmos.

NOTAS

¹ O trabalho de mulheres e crianças foi predominante até surgimento da legislação fabril. Por mais limitadas e fáceis de burlar tais leis iniciais contribuíram para a diminuição da empregabilidade infantil e para a regulamentação da jornada de trabalho. Ao mesmo tempo impulsiona a melhoria do maquinário, a fim de não prejudicar a quantidade de mais-valia adquirida. Logo, a legislação também foi responsável por alavancar a dinâmica do capitalismo, tornando-se, a longo prazo, um mecanismo imprescindível para este (Marx, 1996: 104-111).

² Para Marx, o processo de alienação do homem no processo de trabalho representa obrigatoriamente algo negativo, pois, resumidamente, ao não reconhecer-se no fruto de seu labore, estranha-se de si mesmo e, em contrapartida, do meio social ao qual pertence. Já em Lukács, o filósofo húngaro marxista, de grande importância no início do século XX, a alienação também pode possuir um viés benéfico. O momento de transformação da ideia em fato real e concreto, é denominado por este como objetivação, processo pelo qual uma ideia abstrata, ganha existência material e concreta. A objetivação, enquanto fato ontológico do ato de trabalho, cria os indivíduos e as novas relações sociais, sobre as quais, no entanto, seus criadores têm apenas um poder parcial. Por sua vez, tal processo possui impreterivelmente um momento de alienação, que é, em sua essência, a distinção entre o criador e seu produto, o que seria, a priori, algo positivo, como afirmação prática da generidade humana, ou seja, característica universal e comum a todos homens (e mulheres) (Lessa, 1992: 44-45).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNS, D. Paulo E. (1986). *Um relato para a história. Brasil: Nunca mais*. Petrópolis: Editora Vozes, 17ª edição.

BRAVERMAN, Harry. (1981). *Trabalho e Capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 3ª edição.

DIAS, Reginaldo B. (2014). Da esquerda católica à esquerda revolucionária: a Ação Popular na História do catolicismo. *Revista brasileira de História das Religiões: Dossiê Identidades Religiosas e História, Maringá*, vol. I, 2007. Recuperado de [http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/17%20Reginaldo%20Benedito%20Dias.pdf]. Consultado [01/11/2014]. pp. 166-194.

DIAS, Reginaldo B. (2009). O maoísmo da Ação Popular e sua intervenção no noroeste do Paraná. *Revista Espaço Acadêmico: Dossiê 60 anos da Revolução Chinesa*, vol. 9, nº 101. Recupeado de [http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/8401]. Consultado [25/08/2014]. pp. 55-70

GORENDER, Jacob. (1987). *O Combate nas trevas: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática.

LESSA, Sergio. (1992). Lukács: trabalho, objetivação, alienação. *Trans/Form/Ação, Marília*, vol. 15, dec. 1992. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31731992000100002&lng=en&nrm=iso]. Consultado [30/09/2014].

LIBANIO, João Batista. (2005). *Concílio Vaticano II: Em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Edições Loyola.

LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. (1984). *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Omega, 2ª edição. pp. 110-119.

MARX, K. (1996). Divisão do trabalho e manufatura. Em: *O Capital*. vol. I. São Paulo: Nova Cultural. pp. 453-482.

_____. (1996a). Maquinaria e Grande Indústria. Em: *O Capital*. vol. II. São Paulo: Nova Cultural. pp. 7-133

_____. (2008). Trabalho estranhado e propriedade privada." Em: *Manuscritos econômicos filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial. pp. 79-102.

_____; ENGELS, Friedrich. (2006). O manifesto comunista. Em: BOYLE, David. O manifesto comunista de Marx e Engels. Rio de Janeiro: Zahar. Resuperado de [http://www.aproffesp.pro.br/files/Livros/Karl%20Marx/O_Manifesto_comunista.pdf]. Consultado [10/02/2015].

PAULO NETTO, José. (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.

REIS FILHO, Daniel A. (1981). *A construção do socialismo na China*. São Paulo: Editora Brasiliense.

_____. (2006). Introdução. Em: REIS FILHO, Daniel A.; SÁ, Jair F (orgs). *Imagens da Revolução*:

documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. São Paulo: Expressão Popular, 2ª edição. pp. 15-32.

_____; SÁ, Jair F. (2006). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. São Paulo: Expressão Popular, 2ª edição. pp. 49-50.

RABELO, Annete S. (2011). Entrevista concedida à Camila de Jesus Silva. Goiânia, 24 out. 2011.

RIDENTI, Marcelo S. (2002). Ação Popular: cristianismo e marxismo. Em: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (orgs.). *História do marxismo no Brasil*, 5. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: Editora da UNICAMP. pp.213-282.

SKORUPSKI, Maria Aparecida G. (2011). Entrevista concedida à Camila de Jesus Silva. Goiânia, 17 out. 2011.